

**Universidade Federal de Pernambuco – UFPE**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**Faculdade de Direito do Recife**  
**Programa de Pós-Graduação em Direito**  
**MESTRADO**

**IDENTIFICAÇÃO CIVIL E IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL: OS  
REFLEXOS DA APLICABILIDADE DO INCISO LVIII DO ART. 5º  
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

ÊULER DA VEIGA DIAS

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito do Recife da  
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,  
para obtenção do Título de Mestre, pelo curso de  
Pós-Graduação em Direito – Área de concentração:  
Dogmática Jurídica em Direito Público

BRASÍLIA  
2003

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
Centro de Ciências Jurídicas  
Faculdade de Direito do Recife  
Programa de Pós-Graduação em Direito  
MESTRADO

**IDENTIFICAÇÃO CIVIL E IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL: OS  
REFLEXOS DA APLICABILIDADE DO INCISO LVIII DO ART. 5º  
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

ÊULER DA VEIGA DIAS

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito do Recife da  
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,  
para obtenção do Título de Mestre, pelo curso de  
Pós-Graduação em Direito – Área de concentração:  
Dogmática Jurídica em Direito Público  
Orientador: Prof. Dr. Cláudio Brandão

BRASÍLIA  
2003

D541i      Dias, Êuler da Veiga.  
Identificação civil e identificação criminal  
[manuscrito] : os reflexos da aplicabilidade do  
inciso LVIII do art. 5º da Constituição Federal na  
sociedade brasileira / Êuler da Veiga Dias. – 2003.

178 f. : 30 cm.

"Orientador: Prof. Dr. Cláudio Brandão."

Dissertação (M.A.) -- Faculdade de Direito  
do Recife, Universidade Federal de Pernambuco,  
2003.

1. Direito - identificação criminal. 2. Direito -  
identificação civil. I. Título.

CDD: 341.4331

CDU: 343.982.32

Cristiane Lenza CRB nº 1603

Data da Defesa: 07/ 08/2003

## **Banca Examinadora**

Prof. Dr. Geraldo de Oliveira Santos Neves - *Presidente*

Julgamento: **APROVADO**

Assinatura:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daisy de Asper y Valdés - *1<sup>a</sup> Examinadora*

Julgamento: **APROVADO**

Assinatura:

Prof. Dr. Alexandre Ronaldo da Maia de Farias - *2<sup>o</sup> Examinador*

Julgamento: **APROVADO**

Assinatura:

## ***DEDICATÓRIA***

*Este trabalho foi fruto  
de grande  
esforço e dedicação.  
Foi feito em um momento  
de minha vida  
onde o tempo era o  
objeto mais raro, e, segundo  
o Mestre ADEODATO, o  
mais necessário para o  
sucesso desta caminhada.  
Não fosse o incentivo  
e auxílio  
recebido da pessoa que  
ao meu lado  
trilha seu caminho, as  
forças talvez se esvaíssem,  
dando azo à derrota.  
Pela vitória... incentivo...  
e conquista...  
a ela dedico este trabalho!*

*...DANIELA VALENTIM DE MORAES CAMPOS.*

## **AGRADECIMENTOS**

*A Deus; pelo corpo...  
pelo coração...  
pela mente...  
pelo espírito...e pela vida...*

*A meu saudoso pai – Jézer Dias da Silva;  
lente emérito em espírito e conhecimento.  
Por ter-me ensinado a sempre acreditar no estudo  
como a alavanca mestra da vida.*

*A minha mãe – Joselita Itabaiana da Veiga Dias;  
que em cada gesto de sua vida  
recorda-se sempre que ao seu lado há “um próximo”.  
Por ter-me ensinado que acima de todas as coisas  
há sempre Deus.  
Por ter-me dado parte de sua vida, para que eu tivesse  
a vida toda.*

*A meu irmão – Jézer Dias da Silva Júnior;  
que tem sido sempre um amigo em minha caminhada da vida.  
Por ter-me apoiado em minhas conquistas  
e incentivado-me na perseguição de outras.  
Por ter compartilhado ‘momentos de vida’  
para serem usados na vida a todo momento.*

# SUMÁRIO

## RESUMO

## ABSTRACT

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.Comentários Iniciais .....	1
2.Tema e Problema .....	3
3.Formulação de Hipóteses .....	8
4.Marco Teórico de Referência .....	11
5.Estudos Bibliográficos .....	14
6.Justificativa do Estudo .....	16
<b>CAPÍTULO I - INTERPRETAÇÃO DA NORMA JURÍDICA</b> .....	<b>18</b>
1.1.Análise Crítica da Interpretação Jurídica .....	18
1.2.Rápidos Comentários Sobre Processos de Interpretação .....	25
1.3. A Aplicação da Norma Jurídica e sua Correlação com a Interpretação .....	36
<b>CAPÍTULO II - A NORMA JURÍDICA EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL</b> <b>40</b>	
2.1.Visão Preliminar da Norma Constitucional .....	40
2.2. Norma Constitucional - Sua Interpretação e Aplicação .....	43
2.3. Princípios Tópicos da Interpretação Constitucional .....	46

<b>CAPÍTULO III – O LEGISLADOR E A NORMA JURÍDICA</b>	<b>48</b>
3. Dificuldades e Cuidados na Elaboração da Norma Jurídica	48
<b>CAPÍTULO IV – ORIGENS DA IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>53</b>
4.1. Prolegômenos	53
4.2. Identidade e Identificação	55
4.3. Cronologia dos Processos de Identificação	57
4.4. Breve Histórico Evolutivo da Identificação Papiloscópica	66
<b>CAPÍTULO V – A IDENTIFICAÇÃO NO BRASIL</b>	<b>75</b>
5.1. Proêmio	75
5.2. O Sistema de Identificação Brasileiro	76
<b>CAPÍTULO VI – IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL À LUZ DA LEGISLAÇÃO</b>	<b>81</b>
6.1. Considerações Iniciais	81
6.2. A Identificação sob a Égide dos Direitos Fundamentais	84
6.3. A Identificação e os Princípios Constitucionais	88
6.4. O Aspecto Constitucional da Identificação Criminal	92
6.5. Breve Análise da Lei 10.054/00	97

<b>CAPÍTULO VII – A IDENTIFICAÇÃO EM LEGISLAÇÃO ALIENÍGENA</b>	<b>108</b>
7.1.A Guisa de Antelóquio	108
7.2.Breves Comentários Sobre a Identificação Criminal Portuguesa	111
7.3.Observações Acerca da Identificação Civil Portuguesa	113
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE (SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI)</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO A – LEI 57/98 – IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL PORTUGUESA</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO B – LEI 33/99 – IDENTIFICAÇÃO CIVIL PORTUGUESA</b>	<b>150</b>
<b>ANEXO C – FORMULÁRIOS EXPEDIDOS PELO INI/DPF – FASE INQUISITORIAL E PROCESSUAL PENAL</b>	<b>169</b>

## RESUMO

Dias, Êuler da Veiga. **Identificação Civil e Identificação Criminal: os reflexos da aplicabilidade do inciso LVIII do art. 5º da Constituição Federal na sociedade brasileira.** 2003. 178p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. O trabalho está centrado no estudo do artigo 5º, inciso LVIII da Constituição Federal, que preconiza: “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;”. Investiga-se sua aplicabilidade na sociedade brasileira por meio de análise das garantias constitucionais, leis infraconstitucionais e comparação com legislações alienígenas que tratam do assunto. Para sistematizar o estudo é feita uma apresentação dos métodos de interpretação da norma jurídica, da norma jurídica em nível constitucional e do papel do legislador na elaboração das leis. Em seguida, apresenta-se uma cronologia da identificação e sua evolução histórica, para proporcionar uma completa compreensão das razões pela qual o legislador decidiu incluir no bojo da Constituição o dispositivo normativo em comento. Analisa-se, de forma especial, a lei 10.054/00 com o objetivo de identificar seu papel na aplicação da norma constitucional em apreço. A legislação alienígena escolhida é a Lusitana, em face da sua semelhança com a norma brasileira. Durante todo o trabalho procura-se demonstrar que a identificação civil e a identificação criminal são completamente distintas, tendo em comum apenas e tão-somente o processo por elas utilizado. Ao final do trabalho apontam-se sugestões para a aplicabilidade do dispositivo constitucional em sua totalidade, incluindo a sugestão de um projeto de lei, visando contribuir para o fim maior do Direito – a justiça.

## ABSTRACT

Dias, Êuler da Veiga. **Identificação Civil e Identificação Criminal: os reflexos da aplicabilidade do inciso LVIII do art. 5º da Constituição Federal na sociedade brasileira.** 2003. 178p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. The work is centered in the study of the 5th article, LVIII of the Federal Constitution, that it extols: "the civilly identified won't be submitted to the criminal identification, except in the hypotheses foreseen in law;". It is investigated its applicability in the Brazilian society through analysis of the constitutional guaranties, single laws and comparison with alien legislations in the matter of. To systematize the study, it is made a presentation of the interpretation's methods of law in constitutional level and the legislator's paper in the laws elaboration. Soon afterwards it comes the identification in a chronological system and its historical evolution, to provide a complete understanding of the reasons for which the legislator decided to include in the Constitution's body the normative device in evidence. It is analyzed, in a special form, the law 10.054/00 with the objective to identify its role in the constitutional rule application. The chosen alien legislation is the Portuguese one, in face of its similarity with the Brazilian norm. During all the work it tries to show that the civil identification and criminal identification are completely different, having in common just and only the process for their use. At the end of the work it is exhibit some suggestions for the applicability of the constitutional device in its totality, including a project of law, seeking to contribute for the larger end of the Right – the justice.